

# Plenário leva propostas a Brasília

Da Reportagem Local  
e da Sucursal de Porto Alegre

Representantes de 130 entidades civis de São Paulo que já aderiram ao Plenário Pró-Participação Popular na Constituinte, criado em janeiro deste ano na Casa do Estudante de Direito da Universidade de São Paulo (USP), têm encontro marcado hoje, às 9h30, no auditório Nereu Ramos, da Câmara dos Deputados, em Brasília. Eles irão em caravana entregar a "Carta dos Brasileiros ao Presidente da República e ao Congresso Nacional" ao deputado Ulysses Guimarães, presidente da Câmara, e ao senador José Fragelli, presidente do Senado. A audiência com o presidente José Sarney, prevista para as 15h, até ontem à tarde não havia sido confirmada.

O documento, redigido pelo jurista Goffredo da Silva Telles Júnior, 70, professor da Faculdade de Direito da USP, condena a emenda enviada ao Congresso pelo presidente José Sarney, que prevê a conversão do Poder Legislativo em Assembléia Constituinte, qualificando-a de "arbitrária e ilegítima". O Plenário defende a convocação de eleições diretas, já que "ao povo compete dizer quais são os representantes a que ele confere o poder soberano de fazer a Constituição". Entre as entidades que encabe-

çam a lista de adesões ao Plenário, estão a Central Única dos Trabalhadores (CUT), a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e o Sindicato dos Jornalistas Profissionais.

## Esclarecimentos

Goffredo Telles recebeu a imprensa ontem, às 10h, em seu escritório da avenida São Luiz, 268, 11º andar, no centro de São Paulo, para confirmar o encontro em Brasília e fazer alguns esclarecimentos sobre as propostas do Plenário. Inicialmente, ele manifestou seu otimismo com relação aos parlamentares que examinam a emenda do Executivo: "Eles não vão decidir contra a vontade popular". Em seguida, porém, lançou uma dúvida: "Será que não? Eles já fizeram isso antes, na campanha pelas diretas."

A idéia do jurista para fortalecer a campanha pró-participação popular na Constituinte é a de formar plenários como o de São Paulo em todos os municípios brasileiros, "onde o povo possa se manifestar". Entretanto, ele não acredita numa mobilização popular desvinculada de organizações políticas e de classes: "Se o povo não estiver organizado em suas respectivas entidades de classe ou em seus partidos políticos, dificilmente pode-

rá enfrentar o poder econômico. E, se o poder econômico tiver forças para ditar a Constituição, é melhor não ter Assembléia Constituinte". Para ele, o poder econômico assim como o Legislativo devem participar da Constituinte, cada qual representando seus interesses. "Mas, para que a democracia seja autêntica, é preciso criar novos canais de participação popular pois o sistema de representação fracassou e o povo ficou sem representação nos órgãos planejadores", acrescentou Goffredo.

O ideal, na opinião do jurista, seria a existência de candidatos independentes para defender diferentes causas como ecologia, tribos indígenas etc. Ele próprio considera a proposta difícil de ser realizada e, por isso, pretende sugerir aos partidos em Brasília que discutam a Carta dos Brasileiros e lancem nomes de representantes que possam ser eleitos mais tarde para a Constituinte.

## Movimento Gaúcho

Na próxima quinta-feira, o Movimento Gaúcho pela Constituinte, que reúne oitenta entidades da sociedade civil do Rio Grande do Sul, promoverá um ato público no centro de Porto Alegre (RS), para defender também o lançamento de uma Constituinte desvinculada do Congresso.